



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NUMERO — \$80

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 3 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS				
As três séries . . .	Ano	360\$	Semestre	200\$
A 1.ª série		140\$		80\$
A 2.ª série		120\$		70\$
A 3.ª série		120\$		70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça:

Declaração:

De ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 7.º do orçamento do Ministério.

Ministério das Finanças:

Decreto-Lei n.º 44 502:

Considera hábeis para beneficiar da pensão de preço de sangue e de outras a que se refere o código aprovado pelo Decreto n.º 17 335 os ascendentes do sexo masculino de militares falecidos em campanha ou na manutenção da ordem pública que, não tendo atingido ainda os 70 anos de idade, sejam julgados permanentemente incapazes de exercer a sua profissão habitual.

Declaração:

De ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 9.º do orçamento do Ministério.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Avisos:

Torna público terem a ilha de Man, ilhas de Fidji, Gibraltar e Sarawak comunicado a entrada em vigor da Convenção universal de direitos de autor, de 6 de Setembro de 1952.

Torna público ter o Governo da Irlanda depositado, sob reservas e declarações, os instrumentos de adesão do seu país à Convenção relativa ao tráfego rodoviário, celebrada em Genebra em 19 de Setembro de 1949.

Ministério do Ultramar:

Portaria n.º 19 333:

Torna extensivo à província ultramarina da Guiné o Diploma Legislativo de Angola n.º 18, de 5 de Maio de 1961.

Portaria n.º 19 334:

Manda emitir e pôr em execução na província ultramarina de Angola selos de franquia postal, da taxa de 2\$50, comemorativos do cinquentenário da fundação da cidade de Nova Lisboa.

Ministério da Educação Nacional:

Declaração:

De ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 3.º do orçamento do Ministério.

Ministério da Economia:

Decreto n.º 44 503:

Autoriza a Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas a celebrar contrato para o arrendamento, por seis anos, da propriedade denominada «Horta Nova ou Lixosa», situada na freguesia de S. Lourenço, concelho de Portalegre.

Declaração:

De ter sido prorrogado por seis meses o prazo estabelecido no n.º 2.º da Portaria n.º 18 865 (venda a granel de determinadas variedades de massas alimentícias).

Ministério das Comunicações:

Decreto n.º 44 504:

Autoriza a Junta Autónoma dos Portos do distrito de Ponta Delgada a celebrar contrato para o fornecimento de um guindaste-automóvel.

Decreto n.º 44 505:

Autoriza a Junta Autónoma do Porto de Aveiro a celebrar contrato para o fornecimento de um guindaste-automóvel.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Justiça, por seu despacho de 26 de Julho corrente, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPITULO 7.º

Serviços médico-legais

Instituto de Medicina Legal de Coimbra

Artigo 487.º «Despesas de comunicações»:

Do n.º 3) «Transportes», alínea b) «Outras despesas» — 300\$00

Para o n.º 1) «Correios e telégrafos» + 300\$00

4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 30 de Julho de 1962. — O Chefe da Repartição, *Darwin de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto-Lei n.º 44 502

Os ascendentes do sexo masculino de militares falecidos em campanha ou na manutenção da ordem pública só são hábeis para pensionistas quando, tendo mais de 70 anos de idade ou estando absolutamente incapazes de angariar meios de subsistência pelo trabalho, estejam a cargo exclusivo dos filhos.

As circunstâncias que impuseram a firme defesa de parcelas do território nacional aconselham que se

continue a introduzir as alterações indispensáveis no Código de Pensões, por forma a serem resolvidas com justiça questões que a actual realidade vai revelando.

Com este objectivo procura-se pelo presente diploma atender à situação dos ascendentes que, não tendo atingido ainda os 70 anos de idade e não estando absolutamente impossibilitados de angariar os meios de subsistência, são, no entanto, portadores de lesões físicas ou mentais que os impedem de exercer a sua profissão habitual.

Estabelece-se ainda o princípio de que o direito à pensão pode ser reconhecido a todo o tempo, orientação que permite que o Estado se substitua no amparo que os ascendentes, quando dele necessitem, teriam o direito de esperar dos seus filhos falecidos em campanha.

Por outro lado, prevê-se a concessão de uma pensão de quantitativo reduzido aos indivíduos que tenham outros filhos e fixa-se que os irmãos só poderão ser considerados hábeis quando órfãos de pai e de mãe.

Finalmente, estatui-se que o diploma se aplique aos processos respeitantes a óbitos ocorridos posteriormente a 31 de Dezembro de 1960, que assim poderão a todo o tempo beneficiar das suas disposições.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Os ascendentes do sexo masculino de idade inferior a 70 anos são considerados hábeis para beneficiar da pensão de preço de sangue e de outras a que se refere o código aprovado pelo Decreto n.º 17 335, de 10 de Setembro de 1929, quando, além de preencherem os restantes requisitos, sejam pela junta médica do Ministério das Finanças, ou outra para o efeito nomeada, julgados permanentemente incapazes de exercer a sua profissão habitual.

2. Ao ascendente que, à data do óbito do militar, não estiver em situação de ser considerado hábil, fica a todo o tempo garantido o direito de requerer a pensão, desde que, além de satisfazer os restantes requisitos, demonstre não possuir os indispensáveis meios de subsistência nos termos estabelecidos na lei, e, se se tratar de indivíduo do sexo masculino, for reconhecido como incapaz, nas condições do número anterior, ou tiver atingido os 70 anos de idade.

Art. 2.º — 1. No caso de os ascendentes terem mais filhos, entende-se que só parcialmente se encontravam a cargo do falecido, sendo, por consequência, reduzido a metade o quantitativo da pensão.

2. Para o efeito referido no número anterior não se consideram os filhos que, à data em que se defina o direito à pensão, se encontrem inválidos, tenham idade inferior a 16 anos ou estejam ausentes em parte incerta.

Art. 3.º Os irmãos dos falecidos só têm direito à pensão de preço de sangue desde que, além dos requisitos indicados no Decreto n.º 17 335, de 10 de Setembro de 1929, sejam órfãos de pai e de mãe.

Art. 4.º Os processos relativos a indivíduos falecidos posteriormente a 31 de Dezembro de 1960 podem ser revistos, a requerimento dos interessados, para aplicação dos princípios consignados neste diploma.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 9 de Agosto de 1962. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira* — *Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior* — *João de Matos Antunes Varela* —

António Manuel Pinto Barbosa — *Mário José Pereira da Silva* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Adriano José Alves Moreira* — *Manuel Lopes de Almeida* — *José do Nascimento Ferreira Dias Júnior* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *José João Gonçalves de Proença* — *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho*.

2.ª Repartição

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.^a o Subsecretário de Estado do Orçamento, por seu despacho de 8 de Junho findo, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência de verba no orçamento vigente deste Ministério:

CAPITULO 9.º

Serviço de contribuições

Direcções de finanças distritais e secções concelhias

Artigo 138.º «Outros encargos»:

N.º 5) «Despesas com elementos de tributação»:

Da alínea a) «Rectificações, renovação, substituição da cópia por qualquer outro motivo e encadernação de matrizes e cadernetas de avaliação e de outros elementos de lançamentos ou que lhes sirvam de base» — 70 000\$00

Para a alínea c) «Despesas com a substituição de verbetes de contribuições» + 70 000\$00

2.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 30 de Julho de 1962. — O Chefe da Repartição, *Raul da Silva Baptista*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna

Aviso

Por ordem superior se torna pública a seguinte comunicação acerca da Convenção universal de direitos de autor, de 6 de Setembro de 1952:

Ilha de Man, ilhas de Fidji, Gibraltar e Sarawak — entrada em vigor em 6 de Março de 1962.

Nos termos do artigo XIII, a referida Convenção entrou em vigor para a ilha de Man, ilhas de Fidji, Gibraltar e Sarawak a 1 de Março de 1962.

Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, 26 de Julho de 1962. — O Director-Geral, *José Manuel Pessoa e Fragoso*.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que o Governo da Irlanda depositou no dia 31 de Maio de 1962 os ins-